

Gianluca Martins Smanio

VIGILÂNCIA POLICIAL EM MEIO DIGITAL

Entre o Garantismo e a Eficiência

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.juruá.com.br e
www.editorialjuruá.com
e-mail: editora@juruá.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9532-9

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Smanio, Gianluca Martins.

S635 Vigilância policial em meio digital: entre o
garantismo e a eficiência./ Gianluca Martins
Smanio./ Curitiba: Juruá, 2022.
254p.; 21cm

1. Polícia judicial Inovações tecnológicas.
2. Vigilância policial. 3. Investigação policial.
I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)
CDU 343.1

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 VIGILÂNCIA ESTATAL E INVESTIGAÇÃO POLICIAL	17
1.1 PANORAMA GERAL DA VIGILÂNCIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	17
1.1.1 Estado, Vigilância e (In)Segurança	24
1.1.2 O Uso da Vigilância Policial em Meio Digital	29
1.1.2.1 Práticas policiais de vigilância digital preventiva	29
1.1.2.2 Inquérito policial e vigilância digital	33
1.2 A OBTENÇÃO DE PROVAS NOS MEIOS DIGITAIS	36
1.2.1 Classificações Relevantes de Prova no Ordenamento Brasi- leiro	36
1.2.1.1 Limitações constitucionais dos meios de obtenção de prova	40
1.2.1.2 Técnicas especiais de investigação e métodos ocul- tos de investigação	43
1.2.1.3 Diferenciação entre técnica especial de investigação e meio de obtenção de prova	47
1.2.2 A Informática, a Internet e o Armazenamento de Informações em Meio Digital	51
1.2.3 Transmissão de Informação na Internet	54
1.2.4 Prova em Meio Digital	57
1.2.4.1 A idoneidade da prova digital: a preservação da ca- deia de custódia	59
1.3 OS DADOS E A SUA CLASSIFICAÇÃO	62

2 A VIGILÂNCIA POLICIAL ENTRE O GARANTISMO E A EFICIÊNCIA NO PROCESSO PENAL.....	69
2.1 PROPORCIONALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS E O CONTROLE JURISDICIONAL DE SUAS MEDIDAS RESTRIATIVAS.....	70
2.2 VIGILÂNCIA POLICIAL EM MEIO DIGITAL E OS SEUS IMPACTOS NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PERSONALIDADE.....	75
2.2.1 Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem.....	75
2.2.1.1 Autodeterminação informativa e proteção de dados pessoais	80
2.2.1.2 Inviolabilidade do domicílio	84
2.2.1.3 Direito à livre manifestação e comunicação do pensamento	87
2.2.1.4 Sigilo das comunicações	89
2.2.2 Garantia da Integridade dos Sistemas Informáticos	93
2.3 VIGILÂNCIA POLICIAL DIGITAL E SEUS IMPACTOS NAS GARANTIAS PROCESSUAIS.....	98
2.3.1 O Devido Processo Legal.....	98
2.3.1.1 Presunção de não culpabilidade	99
2.3.1.2 Direito de defesa	104
2.3.1.2.1 Direito à não autoincriminação	109
2.3.1.3 Vedação às provas ilícitas	113
2.4 O EQUILÍBRIO ENTRE O GARANTISMO E A EFICIÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA POLICIAL NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	119
3 TIPLICIDADE E ATIPICIDADE DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA E DAS TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO NO MEIO DIGITAL.....	125
3.1 MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA E TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO EM MEIOS DIGITAIS TÍPICOS	126
3.1.1 Interceptação das Comunicações	127
3.1.1.1 Interceptação telefônica	130
3.1.1.2 Interceptação telemática e de dados de conexão.....	139

3.1.1.3	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos	148
3.1.2	Ação Controlada	152
3.1.3	Infiltração de Agentes em Meio Digital	158
3.1.4	Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações Públicos e Privados	165
3.1.5	Busca e Apreensão de Informações Armazenadas no Meio Digital	170
3.1.6	Levantamento da Localização Geográfica	179
3.2	MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA E TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO EM MEIO DIGITAL ATÍPICO	186
3.2.1	Vídeo-Vigilância e Reconhecimento Facial	188
3.2.2	<i>Hacking</i> Estatal e a Instalação de <i>Malwares</i> em Sistemas Informáticos	192
3.2.3	Pesquisa em Fontes Abertas e Fontes Fechadas na Era da <i>Big Data</i>	198
4	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A SUA (IN)SUFICIÊNCIA REGULATÓRIA	203
4.1	RECONHECENDO O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E IDONEIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS NA PERSECUÇÃO PENAL BRASILEIRA	203
4.2	DA AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS MÉTODOS OCULTOS DE INVESTIGAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM MEIO DIGITAL	209
4.2.1	Os Efeitos da Atipicidade das Provas no Ordenamento Jurídico Brasileiro	214
4.2.2	Da Necessária Adaptação Jurídica para as Novas Tecnologias e o Fim da Diferenciação da Proteção entre Fluxo e Armazenamento de Dados	216
4.3	COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE AGENTES PÚBLICOS NACIONAIS	219
	CONCLUSÃO	223
	REFERÊNCIAS	231
	ÍNDICE REMISSIVO	239